PODER

Brasil assume Mercosul em crise

Com o acordo com a União Europeia cada vez mais distante, bloco econômico sul-americano custa a superar os problemas internos. Grupo sofre com a perda de protagonismo e enfrenta falta de direção coordenada das quatro nações

» HENRIQUE LESSA

Isac Nóbrega/PR



Lula viaja hoje à Argentina, onde assume a presidência rotativa do bloco formado ainda por Uruguai e Paraguai

Com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e dos líderes dos outros três países do Mercosul, inicia amanhã a 62ª Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, em Puerto Iguazú. O evento marca a transferência da presidência rotativa do bloco da Argentina para o Brasil e não deve trazer maiores avanços nas relações entre os quatro países do bloco, Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

As reuniões semestrais de alto nível do bloco iniciam hoje com a presença dos presidentes dos bancos centrais e dos ministros das Fazenda dos quatro sócios. Sem o Brasil terminar sua contraproposta para o acordo da União Europeia com o Mercosul, que seria o tema mais relevante para o encontro, a pauta multilateral fica esvaziada. Nem o ministro brasileiro da Fazenda, Fernando Haddad, nem o presidente do Banco Central brasileiro, Roberto Campos Neto, devem comparecer ao encontro na região da tríplice fronteira.

Haddad deve participar nesta segunda-feira da primeira reunião da Câmara Técnica de Assuntos Econômicos do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, o Conselhão. No resto do dia, o ministro deve se envolver diretamente com as negociações na Câmara dos Deputados sobre a votação do arcabouço fiscal, do projeto de lei do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), e da reforma tributária. Já a agenda do presidente Campos Neto de hoje indica que ele inicia um período de férias.

Repetindo as políticas de integração regional praticadas nos dois primeiros mandatos de Lula, a fórmula parece desgastada na roupagem. Mesmo líderes da esquerda na região não mostraram entusiasmo em embarcar na proposta de reativação de uma estrutura institucionalizada no continente, como a Unasul.

A embaixadora Gisela Padovan, secretária da América Latina e Caribe do Ministério das Relações Exteriores (MRE), afirmou que a "prioridade brasileira na presidência do Mercosul será de avançar para obter resultados concretos" e nos "processos de integração regional".

Para o embaixador Francisco Cannabrava, diretor do Departamento do Mercosul do MRE, "o bloco, tanto do ponto de vista econômico, como aquilo que nós rotulamos como político, é muito significativo e afeta diretamente as populações dos quatro países".

O acordo de livre comércio com a União Europeia, contudo, não deve ser discutido na reunião de hoje e amanhã em Puerto Iguazú. Para o embaixador Mauricio Lyrio, secretário de Assuntos Econômicos e Financeiros do MRE, o presidente levará sua mensagem política sobre o tema, mas a contraproposta brasileira deve ser encaminhada aos parceiros do bloco em pouco tempo, garantiu Lyrio.

"Não temos um prazo rígido, mas eu acredito que estamos muito próximos de fazer uma proposta para levar aos parceiros do Mercosul", apontou o embaixador sobre a resposta brasileira ao documento adicional europeu que estabelece cláusulas ambientais com a aplicação de penalidades ao Brasil e impede que as compras públicas, do Estado brasileiro, possam ser direcionadas preferencialmente para as indústrias nacionais.

O otimismo do governo não tem convencido diversos setores das relações exteriores brasileiras. Embaixador aposentado, o professor Paulo de Almeida disse não ter "grandes expectativas quanto à cúpula do Mercosul, com o assunto relevante, que seria o acordo Mercosul e União Europeia, fora da pauta. Não tenho nem expectativas positivas quanto ao acordo, e isso não é só por culpa do Brasil, ou do Mercosul, também é por culpa dos protecionistas agrícola europeus. É preciso ser muito claro nisso, eles impuseram condicionalidades que estão fora do regime da OMC (Organização Mundial do Comércio)", lembra.

Crítico quanto ao crescimento "exagerado" da diplomacia presidencial de Lula, ele diz que, muitas vezes, isso esvazia as recomendações do Itamaraty ao governo, e defende que o melhor para o Brasil não é excluir as compras governamentais e sim ampliar os acordos de livre comércio. "Essa restrição é prejudicial ao Brasil e para a população brasileira", disse apontando que a melhor saída é uma liberalização radical das trocas comerciais com o mundo.

Almeida destacou, no entanto, que a gestão anterior, do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), foi um ponto fora da curva, e por isso impossível de comparar com qualquer outro governo. "Vamos colocar as coisas bem claras, nada pode ser comparado ao Bolsonaro, aquilo foi a demolição absoluta da política externa, da diplomacia, da imagem do Brasil no exterior."

Agenda sul-americana

No objetivo do presidente Lula de se tornar o principal líder na América Latina, desta vez sem disputar protagonismo com Hugo Chávez, da Venezuela, ou Néstor Kirchner, da Argentina, o petista deve seguir apostando no acordo comercial com a União Europeia, mas para isso talvez precise aceitar uma parte das exigências dos europeus.

Na agenda do chefe do Executivo seguirão as visitas aos vizinhos. No próximo sábado, Lula deve ir à Colômbia para se encontrar com o presidente Gustavo Petro, aliado do petista que vem enfrentando dificuldades políticas no seu país. Em seguida, no dia 17, deve seguir para Bruxelas, na Bélgica, onde acontece a reunião da União Europeia com a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribe (Celac). O petista deve usar essa oportunidade para tentar vencer algumas resistências ao acordo comercial esperadas entre os dois blocos.

PLANALTO

Lula comemora independência na Bahia em carro aberto

» INGRID SOARES

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) participou das comemorações do Bicentenário da Independência do Brasil na Bahia. Ao lado da primeira-dama, Rosângela da Silva, a Janja, ontem, o chefe do Executivo esteve na cerimônia de obliteração de selos comemorativos da data e participou do desfile cívico em uma caminhonete aberta de onde cumprimentou e tirou fotos com apoiadores ao longo do trecho.

Lula ainda participou da Caminhada de Dois de Julho que partiu do Largo da Soledade, no bairro da Liberdade, em Salvador. À tarde, o presidente viajou para Ilhéus, onde participará hoje da cerimônia de início das obras da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol I).

Em rápida declaração, o presidente afirmou que "quem lutou e morreu foram os baianos para conseguir a independência do Brasil". "Eu vim à Bahia e hoje é o dia em que a Bahia se transforma na capital do Brasil. A gente precisa compreender que Salvador vira capital provisória pela manifestação exuberante do povo baiano. Dom Pedro gritou 'independência ou morte', mas quem lutou e morreu foram os baianos para conseguir a independência do Brasil."

E emendou: "O Brasil recuperou a alegria, recuperou a democracia. Isso faz bem para a alma do povo brasileiro. O sucesso da Bahia se vê pela generosidade do povo baiano. Esse 2 de julho é a consagração da Bahia como capital histórica do Brasil".

Acompanharam o petista a ministra da Cultura, Margareth Menezes, e a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco.

"Julgado e punido"

No último sábado, em Brasília, Lula visitou o treino da Seleção Brasileira feminina de futebol no estádio Mané Garrincha. Após a agenda, comentou pela primeira vez sobre a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que decidiu pela inelegibilidade do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) até 2030.

"Ele sabe o que ele fez. Se ele acertou, será recompensado. Se ele errou, será julgado e punido. Isso é um problema da Justiça que não mexe com a tranquilidade pública", apontou.

Na ocasião, à noite, Lula era esperado no Arraiá do PT, no Clube AABB. Porém, com fortes dores nas pernas e após recomendação médica, não compareceu ao evento. O encontro, ao estilo de festa julina, vendeu ingressos por preços que variavam entre R$ 300 e R$ 5 mil. A renda arrecadada será destinada à própria sigla. A dor na "cabeça do fêmur", como o próprio presidente classifica, vem sendo relatada por ele em diversas ocasiões. No início de maio, Lula havia dito que as injeções que toma todo dia já não fazem mais efeito nem resolvem a dor.

Filipe Araujo/MinC



Governador Jerônimo Rodrigues (PT) e presidente Lula em desfile cívico



ROBERTO BRANT

O ÚLTIMO MOMENTO TRANSFORMADOR NA GOVERNAÇÃO DO PAÍS FOI O PRIMEIRO MANDATO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO. DAÍ EM DIANTE OS SUCESSIVOS GOVERNOS FORAM PERDENDO POTÊNCIA E O ALCANCE E A QUALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS FORAM SE DILUINDO POUCO A POUCO, ATÉ CHEGAR AOS DIAS DE HOJE.

(cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)

Dois modos de governar

O tema dominante nas análises que se fazem sobre os primeiros meses do governo Lula é a falta de uma maioria parlamentar consistente para sustentar os projetos do Executivo. Nessa linha de raciocínio, se o governo ainda não se afirmou em sua plenitude a razão determinante é apenas a má articulação com o Congresso, que pode ser remediada com a distribuição de cargos na administração e a liberação mais generosa de recursos das emendas parlamentares. Na minha opinião esta leitura do problema é superficial.

A desarticulação entre o governo e o parlamento nos últimos tempos no Brasil é apenas em parte o resultado das condutas do presidente da República e de seu ministério. A causa essencial parece ser o próprio desenho das nossas instituições políticas, que foram evoluindo a partir da Constituição de 88 para um sistema que tende a paralisar as grandes ações de qualquer governo, a fragmentar o processo de decisão e a dispersar o uso dos recursos públicos. O último momento transformador na governação do país foi o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso. Daí em diante os sucessivos governos foram perdendo potência e o alcance e a qualidade das políticas públicas foram se diluindo pouco a pouco, até chegar aos dias de hoje.

Inspirando-me em uma classificação do historiador americano Charles Maier, utilizada por ele em um outro contexto, há governos que atuam de acordo com um projeto e executam políticas ativas destinadas a transformar suas sociedades e energizar seus cidadãos. Um exemplo democrático deste tipo de governo transformador é o de Roosevelt nos Estados Unidos após a grande depressão. Seu governo rompeu uma sagrada tradição de neutralidade e interviu na economia para proteger abertamente as empresas e as famílias, estabelecendo um novo paradigma, que salvou seu país e de certa forma a economia capitalista.

O contrário destes governos transformadores são aqueles que se dedicam às meras rotinas de governar, ao jogo das aparências e das palavras, escravos do presente imediato ou de um passado que já não existe. São governos sem ambição e que servem, mesmo sem pretender, os interesses constituídos e os privilégios que se sentem ameaçados com qualquer sinal de mudança. A força desses interesses é tão grande que chega a influir na formação de instituições que favorecem a conservação e põem obstáculos à mudança, mesmo quando a competição democrática ocasionalmente faz aparecer um líder com propósitos de transformação.

Meu entendimento é que a Constituição de 88, com as modificações que foram introduzidas por novas legislações e, não em menor medida, por decisões do Poder Judiciário, criou um arcabouço institucional que limita excessivamente a autonomia do Poder Executivo e dá aos partidos políticos e ao parlamento uma interferência nos atos de governo que deforma as políticas públicas, desorganiza o processo de decisão e desperdiça os recursos públicos.

Nunca me canso de afirmar que o sistema eleitoral brasileiro é feito para iludir os cidadãos e frustrar sua vontade. Nas eleições majoritárias, de prefeito a presidente da República, o eleitor sabe bastante bem quem está escolhendo. Quanto às eleições legislativas, ele não tem ideia do destino do seu voto. Como na realidade o exercício do poder será compartilhado entre o governante e os deputados, o cidadão nunca terá a certeza de como o país será governado. Esta confusão tira clareza e transparência do processo político e, às vezes, como no governo Bolsonaro e no governo Lula esvaziam o Poder Executivo.

Bolsonaro falou muito e não realizou praticamente nada do que anunciava, a não ser certas decisões no campo simbólico. O novo governo Lula, do mesmo modo, é um conjunto de discursos e algumas iniciativas no campo simbólico. Quase nada do que realmente interessa para o crescimento do país e para a diminuição da pobreza esteve ou está na pauta dos governos. Para alguns não deixa de ser um alívio um presidente que não pode nada. Mas o Brasil precisa de governo. De um governo transformador.